



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

175

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0275196-6

COMARCA: RECIFE/PE - 20ª VARA CÍVEL

EMBARGANTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE

EMBARGADO: FERNANDO SARAIVA CORREIA LIMA

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrente as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Inexiste omissão no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.
4. Embargos de declaração não acolhidos.

8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

176

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 20 de *maio* de 2013.

[Assinatura]
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

177

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0275196-6

COMARCA: RECIFE/PE - 20ª VARA CÍVEL

EMBARGANTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE

EMBARGADO: FERNANDO SARAIVA CORREIA LIMA

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 162/166), opostos por SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, nos autos da Apelação nº 0275196-6, em que contende em face de FERNANDO SARAIVA CORREIA LIMA, através dos quais alega omissão no julgado que negou provimento a este último Recurso, em que se discutiu a possibilidade ou não de excluir o Apelado do seguro de saúde em grupo, em virtude da finalização de seu vínculo empregatício junto ao Banco Empregador, nos termos da legislação aplicável a matéria e as condições gerais do seguro.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- A embargante alega omissão no *decisum* vergastado, asseverando que o acórdão guerreado não observou o comando do art. 30, § 1º da Lei nº 9656/98, o qual prescreve a possibilidade de cancelamento do contrato de seguro de saúde quando passados os 24 meses após o desligamento do funcionário, seja por aposentadoria, seja por demissão sem justa causa; bem como os arts. 757 e 760 do CPC, os quais regulam os riscos do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

178

contrato de seguro. Finalmente, requer o prequestionamento das questões e dispositivos legais mencionados.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 20 de março de 2013.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

179

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0275196-6

COMARCA: RECIFE/PE - 20ª VARA CÍVEL

EMBARGANTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE

EMBARGADO: FERNANDO SARAIVA CORREIA LIMA

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

Ementa do acórdão guerreado constante às fls. 147, colacionada *ipsis litteris*:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. PLANO DE SAÚDE EM GRUPO. CONTRATO FIRMADO PELO BANCO EMPREGADOR. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. MANUTENÇÃO DE BENEFICIÁRIO APÓS RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. NORMA MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DO § 1º, DO ART. 30, DA LEI Nº 9.656/98. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É assegurado ao consumidor que tenha sido exonerado ou rescindido o contrato de trabalho sem justa causa, a manutenção da sua condição de beneficiário, nos mesmos moldes de cobertura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

180

assistencial de que usufruía durante a vigência do pacto laboral, desde que assuma o seu pagamento integral do prêmio. Inteligência do art. 30 da Lei n.º 9.656/98. 2. In casu, ficará a parte condicionada aos reajustes anuais e a regular quitação mensal dos prêmios, por força extensiva ao § 1º do art. 30 da Lei nº 9.656/1998. 3. Recurso improvido. Decisão unânime. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso em epígrafe; Acórdam os Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto."

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

No presente caso, o Embargante afirma que os presentes aclaratórios devem ser acolhidos para que seja sanada a omissão apontada, pois afirma que na decisão da Apelação não foi discutido sobre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

181

a incidência do art. 30, § 1º da Lei nº 9656/98, bem como dos arts. 757 e 760 do CPC.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e re-análise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria. (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).



182

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Acrescente-se ainda que, consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe-se da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).



183

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim sendo, inexistiu vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **negos lhes acolhimento.**

É como voto.

Recife, 20 de *maio* de 2013.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator